



ENTREVISTA COM PROF. DR. PAUL BÉLANGER¹

Equipe Editorial

revistaeducacaounifesp@gmail.com

Universidade Federal de São Paulo

Nosso entrevistado, Prof. Dr. Paul Bélanger, doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris, iniciou sua carreira em 1968, no *Instituto de Cooperação em Educação de Adultos* (ICEA-Montreal), do qual se tornou diretor em 1972. Na Alemanha, dirigiu o Instituto da UNESCO sobre *Educação ao longo da vida* de 1989 a 2000. Em 2000, já de volta ao Canadá, tornou-se professor na Universidade do Quebec, em Montreal (UQAM), onde funda o Centro de Pesquisa sobre *Educação ao longo da vida* (CIRDEF) e o Observatório *Compétences Emplois* (OCE-UQAM). Também em 2000 foi eleito presidente do Conselho Internacional de Educação de Adultos, no qual permaneceu até 2012. Dentre suas publicações, destacamos:

Daoust, G., Bélanger, P. **L'université dans une société éducative**. Montréal: PUM, 1973.

Bélanger, P., Gelpi, E. (ed.) **Lifelong Education/Éducation permanente**, Dordrecht: Kluwer, 1995.

Bélanger, P., Valdivielso, S. **The Emergence of Learning Societies. Who participates in Adult Education?** London: Pergamon Press, 1997.

Bélanger, P., Tuijnman, A. **Shifting Patterns in Adult Education Participation**. Londres: Pergamon Press, 1997.

Bélanger, P., Federighi, P. **La libération difficile des forces créatrices. Analyse transnationale des politiques d'éducation des adultes**, Paris: L'Harmattan, 2000. (Também publicado em inglês pela UNESCO em 2000 e em espanhol em Buenos Aires em 2002).

Bélanger, P. (2011). **Theories of Adult Learning and Education**, Opladen, Germany: Barbara Budrich Publishers

Bélanger, P. (2015). **Parcours éducatifs. Construction de soi et transformation sociale**. Montréal, PUM

Bélanger, P. (2016). **Self Construction and social transformation. Lifelong, Lifewide and Lifedep Learning**. Hamburg: UNESCO-UIL.

¹ Entrevista concedida em francês e traduzida por Márcia Romero (UNIFESP) & Renato Ambrósio (UFBA). Paul Bélanger disponível, por e-mail, em: paulbel@videotron.ca

1. Quais os principais avanços da educação de jovens e adultos na última década?

Três grandes avanços.

Em primeiro lugar, a conscientização coletiva a respeito da discriminação de gênero na educação. Graças à ação dos movimentos feministas, ao longo das últimas quatro décadas, reconhece-se e começa-se a corrigir a discriminação na educação baseada no gênero, desde o acesso às profissões não tradicionais até a destruição dos preconceitos sexistas face às ciências, tecnologias e matemática.

Em segundo lugar, o reconhecimento do que se adquire nas aprendizagens não formais ou informais. Reconhecem-se, assim, as competências e saberes adquiridos pelos indivíduos por meio da experiência profissional e não profissional, e isso tanto para fins acadêmicos, quanto para o mercado de trabalho. É fato que várias instituições, sobretudo as de nível universitário, ainda recusam esse avanço democrático e educativo. Felizmente, a UNESCO começa a promovê-lo em seus documentos normativos, tais como a Recomendação, revisada em 2015, a respeito da educação de adultos, em que se insiste sobre o reconhecimento, a validação e a aceitação das aprendizagens não formais e informais. Essa possibilidade de fazer com que as

competências adquiridas informalmente sejam reconhecidas tornou-se uma necessidade para o pleno exercício do direito ao trabalho e à educação. A referência recorrente ao conhecido e à experiência do aprendiz é necessária para lhe permitir melhor integrar os novos conhecimentos e, dessa maneira, poder mobilizá-los posteriormente na ação.

Em terceiro lugar, o reconhecimento da importância da primeira infância para a continuidade dos percursos educativos ao longo da vida. Tal constatação torna necessária a valorização dos meios educativos informais das crianças pequenas, seja em ambiente familiar, seja em ambiente comunitário ou institucional. Existe, aqui, uma ampla tomada de consciência a respeito da natureza cumulativa dos percursos educativos e, conseqüentemente, da reprodução das desigualdades educativas ao longo das biografias. Não se pode mais ignorar essas discriminações silenciosas talhadas desde a primeira infância. Esta é uma fase crítica do despertar da curiosidade e da construção da autoconfiança, uma etapa da vida na qual a presença ou não de estímulos sensoriais, afetivos e cognitivos estimulará a arquitetura em formação do

cérebro e modificará a capacidade futura de aprender.

2. Quais os principais desafios para a concretização dos direitos educativos de pessoas jovens e adultas?

Para mim, são três os maiores desafios.

Primeiro desafio: a expressão e a mediação da demanda educativa dos indivíduos. Todo episódio de aprendizagem, vinculado ou não ao trabalho, responde a uma demanda necessariamente em tensão entre a solicitação da sociedade e a aspiração dos indivíduos que buscam, nela, encontrar sentido e um valor de uso. Toda demanda educativa é dual, ela abarca não apenas os saberes e *savoir-faire* requeridos pela sociedade ou pela organização, mas também as expectativas e aspirações dos indivíduos. Porém, ainda é preciso que essa demanda educativa, em sua dualidade, possa se exprimir e se mediatizar em todos os campos da formação. Frequentemente, a resposta educativa limita-se a responder às exigências, certamente importantes, da sociedade, mas cala as expectativas e as apreensões dos aprendizes. Esquece-se que a abordagem educativa é, antes, a de um indivíduo que, para tomar parte da aprendizagem proposta, deve fazer seus as competências e saberes adquiridos,

deve integrá-los e fazer deles uma fonte de autonomia na ação. Ora, isso não é possível, sem que o aprendiz possa integrar o que adquiriu no seu percurso pessoal e, para isso, possa exprimir antecipadamente as necessidades sentidas por ele. Essa expressão da demanda é um suporte para a construção contínua da individualidade, ao permitir ao ator manter uma relação refletida e instruída com seus contextos de vida e de trabalho. Aprende-se frequentemente por necessidade, mas, ao mesmo tempo, não se pode fazê-lo sem encontrar na aprendizagem um sentido pessoal que permite a assimilação ativa dos saberes transmitidos e sua mobilização posterior na ação. É a apropriação do saber e sua articulação pelo indivíduo que aumenta sua capacidade de ação e assegura sua autonomia e sua liberdade.

Segundo desafio: a revalorização da educação popular. Várias sociedades ignoram as aspirações educativas dos adultos relacionadas à sociedade, ao meio, à participação cidadã e à busca por uma qualidade de vida. A educação ao longo da vida adulta para, com bastante frequência, na porta das fábricas e dos escritórios. Ignora-se ou é deixado à lógica do mercado o conjunto das práticas educativas que respondem aos projetos de desenvolvimento pessoal e social da população. No entanto, a

educação popular ou sociocultural constitui, com a formação relacionada ao trabalho e à formação acadêmica geral, um dos três pilares de toda verdadeira política de educação dos adultos.

Vivemos em uma sociedade na qual os papéis sociais estão em contínua mudança e se tornam mais e mais complexos e exigentes. Entramos em um período histórico da humanidade, em que, no percurso de vida dos adultos, o tempo livre ultrapassa e ultrapassará cada vez mais o tempo trabalhado. Como, então, esquecer ou parar de defender publicamente esse pilar essencial, tanto para autonomia no agir dos indivíduos, quanto para a democratização das sociedades do século XXI? Isso é constatado na saúde, em relação à variável silenciosa, porém crucial, competência dos indivíduos; isso é visto no campo do meio ambiente, em que o desafio ecológico só poderá ser superado nas sociedades participativas baseadas não apenas nos estados ativos, mas também na competência e iniciativa cidadãs. Sim, como as sociedades atuais poderão enfrentar os riscos ecológicos, econômicos, sociais e culturais sem ser reflexivas, sem recorrer à imaginação e à criatividade, sem fazer apelo à inteligência coletiva e, portanto, também individual?

Terceiro desafio: a terceira idade. A educação é um componente inerente da vida humana, desde a primeira infância e ao longo das biografias. Ela não se limita nem ao percurso profissional, nem ao término desse período de vida dita ativa. Aprender é continuar a viver e é viver conscientemente. Ora, em várias políticas nacionais, a educação ao longo da vida começa apenas na idade escolar, esquecendo-se da primeira infância e para aos 65 anos, como se a vida ativa terminasse aqui – a não ser, claro, que se reduza a “atividade humana” à economia formal! Isso para a educação, como para a sexualidade. No momento em que a atividade perde sua funcionalidade instrumental, ela perde sua legitimidade e, portanto, seu suporte público!

Por que impedir os mais velhos de continuar a viver, de viver conscientemente? Por que lhes recusar conceber seu período de vida como uma nova fase de sua história, uma nova fronteira de sua biografia educativa? Por que enterrar viva a curiosidade? O encantamento e a sede de saber não têm limites de idade. Aliás, como se pode permanecer fisicamente, mentalmente e socialmente ativo, sem continuar a aprender e a querer compreender, sem se levar uma vida educativa sempre ativa?

3. Qual a situação do financiamento da educação de jovens e adultos?

O que é o mais inquietante, nesse caso, é a reprivatização oficial do ensino de base em alguns países, como na China urbana ou ainda a redução dos recursos públicos, como nos programas de ajuste estrutural na África, nos anos 80 e 90 e, desde então, a diminuição dos fundos públicos nacionais e o desmoronamento dos fundos de cooperação internacional.

Embora a privatização da educação esteja presente em todos os lugares, esquecemos que é no continente africano que ela é mais forte, fato decorrente da constatação, por parte dos pais, da superpopulação das salas de aula e da falta de suporte pedagógico nas redes públicas.

4. A oferta da educação de jovens e adultos tem contemplado a diversidade de seu público?

É evidente que a democratização da educação tem uma dupla dimensão normativa: a busca pela *igualdade* e a celebração da *diversidade*. É evidente também que a educação *ao longo da vida* não começa aos cinco anos para parar na idade de se aposentar. E também é claro que a educação deve abordar *todas as dimensões* da vida humana e não se focalizar apenas no trabalho formal. Ora, bem poucos países adotaram uma

política de educação *ao longo da vida* que, ao mesmo tempo, recubra toda a vida, englobe e articule a formação inicial e a formação contínua, assegure a igualdade de oportunidades, celebre as múltiplas dimensões da experiência humana e assegure o enriquecimento dos meios educativos em todas as esferas e estratos da sociedade. *A policy of lifelong, lifelarge and lifedeeep learning for all.*

5. Considerando as especificidades da educação de jovens e adultos, o que deve ser priorizado nos currículos?

É preciso distinguir a especificidade da formação inicial e aquela da continuidade das biografias educativas, ao longo da vida adulta. A formação inicial faz com que o indivíduo seja iniciado na aprendizagem contínua, ao longo de seu percurso. A formação escolar não é mais vista como o término, tal como a definíamos anteriormente. Isso significa dar conta dessa especificidade, mas também e, sobretudo, valorizá-la e prolongá-la para todos, para além da escolaridade primária, com vistas a assegurar uma continuidade das biografias educativas, ao longo da vida adulta. Certamente, as mulheres e os homens são atores curiosos e racionais, capazes de observar, analisar, comunicar,

solucionar problemas. Mas essa autonomização, cada vez mais solicitada ao sujeito, é impossível se cada indivíduo não puder continuar a se construir através dos episódios de aprendizagem e se não trilhar um percurso educativo que faça sentido ao longo de sua vida.

6. Era tradicionalmente forte a relação entre o mundo do trabalho e a educação de jovens e adultos, seja em sua finalidade ou nas motivações para a sua procura. De que forma as rápidas e profundas transformações no trabalho, ocorridas no século XXI afetaram a EJA? Os motivos e objetivos dessa modalidade de educação ainda permanecem muito ligados à obtenção ou melhoria de emprego?

Os trabalhadores necessitam, antes de tudo, perseguir um desenvolvimento profissional para proteger seu direito ao trabalho. Os percursos biográficos ocorridos aos trancos e barrancos não poderão propiciar uma qualidade de vida se os indivíduos não têm como se equipar cognitivamente e emocionalmente para melhor conduzir sua vida, para se singularizar pelas escolhas inevitáveis que devem ser feitas e pelos riscos

calculados que devem correr. Mas ainda tem mais.

Se as economias do século XIX tiveram que correr o risco de congregar os trabalhadores em fábricas, as do século XXI têm que correr outro risco, a da demanda pela capacidade de iniciativa das trabalhadoras e trabalhadores. Ora, os indivíduos só podem responder a essas novas exigências e se inserir ativamente nessa nova organização do trabalho, na medida em que são respeitados em sua individualidade e podem, assim, exercer, em seu cotidiano, sua criatividade e desenvolver continuamente seus conhecimentos. O reconhecimento público do assédio psicológico no trabalho, suas consequências e o fato de ser ele inadmissível socialmente corresponde ao crescente desafio da identidade e da subjetividade, nas sociedades modernas avançadas.

Torna-se, então, evidente que a demanda por formação no trabalho não pode ser circunscrita à tarefa prescrita. Negar a tensão entre o trabalho prescrito e o trabalho real conduz à negação da inteligência do indivíduo e de sua aspiração em aumentar sua capacidade de ação e de negociar, conseqüentemente, as demandas por formação. O saber só é ativo para a organização quando foi apropriado pelo

sujeito. Entretanto, esse apelo à inteligência e à iniciativa, exigido pelos novos contextos de produção, não pode ser ouvido, se não houver espaço destinado ao indivíduo para exercer suas capacidades criadoras e se realizar no seu trabalho e se o fruto da produtividade não for compartilhado sob forma não apenas de aumento dos benefícios salariais, mas também de melhorias da qualidade de vida no trabalho.

7. Qual é o papel da sociedade civil na oferta da educação de jovens e adultos?

A sociedade civil tem dois papéis essenciais. Primeiro, face à formação escolar e à formação profissional, um papel de acompanhamento e vigilância para lhes assegurar o acesso, a pertinência e a democratização; segundo, em matéria de educação popular, colocar-se como o ator principal, buscando obter o espaço sociopolítico e cultural e os recursos necessários.

8. Que perspectivas podem ser identificadas nas pesquisas relacionadas à educação de jovens e adultos?

Para mim, o mais importante é retrair e analisar as biografias educativas e as condições de seu desenvolvimento. Cabe aqui distinguir

claramente entre individualidade e individualismo. A individualidade refere-se à autodeterminação do indivíduo, enquanto que o individualismo, a um voltar-se a si mesmo e a uma busca por interesses privados dissociados do bem público. A autonomia, como objetivo educativo, não significa desenvolver a vontade de decidir tudo sozinho, independentemente da competência especializada e do apoio dos outros, mas de poder conduzir, por si só, suas ações e, para tanto, ser capaz de fazer referência à opinião alheia e de tomar decisões fundamentadas. A uma perspectiva essencialmente baseada no indivíduo e na competição, convém, portanto, opor outra, que faz da autenticidade e da racionalidade da pessoa duas condições essenciais de uma cidadania ativa. Aprender ao longo da vida é, ao mesmo tempo, um direito fundamental e uma condição essencial para a emergência de outro mundo possível.

9. Qual a relação entre educação escolar de pessoas jovens e adultas com baixa escolaridade e o princípio da “educação ao longo da vida”, difundido pela UNESCO?

Alguns meses antes de sua morte, em 1997, perguntei a Paulo Freire, o autor de *Pedagogia do oprimido*, o que lhe parecia ser mais importante para o futuro da humanidade. E ele me respondeu: a curiosidade (*‘inquisitiveness’*), o direito de todos de alimentar sua curiosidade e de ir atrás dela, ao longo de suas vidas; o direito de cada indivíduo de viver aprendizagens que façam sentido na sua vida, que reforcem o sentido de eficácia pessoal e produzam, do interior, a energia para buscar a aprendizagem contínua dos conhecimentos. O indivíduo não é capaz de aprender ao longo de sua vida, sem ter a sede pela aprendizagem e, portanto, sem viver em ambientes que suscitem e estimulem a curiosidade.

O acesso à escola e à formação é uma reivindicação preliminar. O direito à educação implica muito mais: é o direito para todo mundo de poder, na continuidade desse acesso, exercer seu direito de aprender e de aumentar a sua capacidade de ação individual e coletiva.

Esse direito sustenta o exercício de todos os outros direitos. O gênero, a etnia, a idade, o estatuto social e a

educação não são esferas separadas. Esses vetores se combinam e somam seus efeitos para criar discriminações, mas são também dimensões com as quais o indivíduo é chamado a compor para se realizar.

O direito à educação é o direito de questionar, buscar saber e compreender o que se passa, o direito de olhar de outro modo. É o direito individual e coletivo de sonhar, juntos, por outro mundo possível. O que está em jogo é a democratização do pensamento crítico e da capacidade de inovar, o direito de cada um de reconhecer todo o potencial de sua vida não ainda vivida, de explorá-lo e poder realizá-lo. Não há democracia sem cidadão informado e dotado de capacidade de iniciativa. Sem nos tornarmos reflexivos, solidários e, assim, capazes de transformações, o futuro de nossas sociedades está em perigo. Nosso futuro coletivo também está em jogo na intimidade das vidas educativas de cada um.